

Banqueiros endurecem negociação da dívida externa

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — A apenas dois dias do início da reunião anual do Fundo Monetário Internacional — que vai trazer à capital americana ministros da Economia de diversos países do mundo —, os banqueiros credores de governos endividados resolveram endurecer sua tática para o jogo da dívida externa. Num relatório divulgado ontem pelo Institute of International Finance — organização de banqueiros que acompanha as performances de países devedores —, eles apelaram para que, durante o encontro no FMI, seus participantes examinem propostas para “reforçar a atual estratégia para a dívida” — conhecida como Plano Brady.

Eles próprios tinham sugestões a fazer neste sentido. O problema é que elas, via de regra, vão contra a estratégia definida há um ano pelo secretário de Tesouro americano, Nicholas Brady, e que enfatiza a redução da dívida e de seu serviço para os governos devedores. Na verdade, apesar de alguns elogios velados à política de Brady, o relatório trazia críticas pesadas às suas propostas, reforçadas depois na entrevista coletiva concedida pelo presidente do con-

selho da IIF, Barry Sullivan, e pelo seu diretor, o alemão Horst Schulmann.

“A política de redução da dívida não resolveu a questão e nem tampouco ajudou os países endividados a melhorarem sua situação”, sentenciou Sullivan, que também é presidente do First American Bank de Chicago. “Ela não forçou os devedores a melhorarem suas políticas econômicas e fechou seu acesso a dinheiro novo.” Sullivan afirmou que, acima de tudo, os bancos estão preocupados com o atraso no pagamento de juros, que no momento totalizam cerca de US\$ 18 bilhões, dos quais US\$ 5,2 bilhões estão na conta do Brasil, que suspendeu seus pagamentos desde setembro do ano passado.

“O Fundo não foi capaz de resolver essa questão de atrasos, o que obrigou os bancos privados a separarem uma enorme quantidade de reservas para enfrentar este problema”, disse Sullivan. “Por causa disso, os devedores não conseguem mais mobilizar financiamentos e investimentos internacionais.” Seu companheiro Schumann foi um pouco mais direto. “Não há nenhuma evidência de que a proposta de redução da dívida colocou os devedores de volta no rumo do crescimento. Agora, que estamos diante de difíceis negociações

nesta área” — continuou, fazendo referência aos casos de Brasil, Argentina e Peru — “acho que se tudo ficar como está, vai ser muito difícil alguém soltar algum dinheiro, principalmente sem garantias”.

O Plano Brady prevê o uso de garantias oficiais apenas para pedaços de acordos entre credores e devedores relacionados à redução da dívida ou de seu serviço. Schumann advertiu ainda, indignado, que acha um absurdo que países que tenham reservas sólidas em dólar continuem a não querer pagar os juros de sua dívida. Fontes financeiras desta capital afirmam que a advertência é direta ao Brasil, cujo governo, esta semana, anunciou que as reservas do país estavam em torno da saudável quantia de US\$ 10 bilhões. Tudo isto pode significar que a ministra Zélia Cardoso de Mello, que no segundo semestre se sentará com os banqueiros para mais uma renegociação sobre a dívida externa brasileira, vai enfrentar problemas.

Mas Zélia não deve desanimar. A virulência dos ataques dos banqueiros ao Plano Brady, antes de ser um sinal de força, mostra que eles também estão fracos, perdidos desde que o apoio oficial a sua política, tão presente durante os oito anos de presidência de Ronald Reagan, foi retirado

pelo governo de George Bush. “Os bancos, nesta história da dívida, estão tão perdidos e sem rumo quanto os devedores e os governos dos países credores. Ninguém sabe que rumo este assunto vai tomar, mas eu desconfio que ele não será muito favorável aos banqueiros privados”, disse uma fonte diplomática de Washington.

O que não quer necessariamente dizer que Zélia não vai encontrar dificuldades quando se sentar à frente deles. Ao contrário. Até porque tudo o que lhes chega aos ouvidos sobre as posições brasileiras com relação à sua dívida lhes soa como propostas antiquadas e, a esta altura, inadmissíveis. “O Brasil parece querer continuar a atrasar pagamentos nos juros, a enfatizar a redução e a pedir dinheiro novo. Esta equação não vai dar certo”, avisa um banqueiro de Nova Iorque. “É só coisa velha.” A favor da ministra brasileira, porém, conta o fato de que as propostas dos banqueiros para a dívida externa também não são lá muito novas.

A rigor, pelo que foi dito na coletiva da direção da IIF, o ideal para eles é que o mundo da dívida externa voltasse a ser exatamente o que era, com acordos semelhantes ao que conseguiu o Brasil em 1988, como lembrou Sullivan. “Aquele acordo pode ser

vir de modelo para nós. Ele dava garantia para novos empréstimos e assegurava novos investimentos através dos mecanismos de troca de dívida por patrimônio líquido”, afirmou. A renegociação de 1988, porém, que agora é saudada pelos banqueiros, foi duramente criticada na época, principalmente por causa do mecanismo de troca de dívida por investimentos, considerado culpado, por economistas e até por bancos, pela explosão inflacionária que assolou o Brasil no início de 1989.

Lembrado dos problemas que o acordo causou no controle monetário do país, Schumann se perturbou mas resolveu escapar da pergunta lembrando da situação do Chile, que aparentemente se beneficiou do mecanismo para conseguir investimentos. Esqueceu-se de dizer, no entanto, que a economia e a inflação no Chile eram bem menores do que a economia e a inflação no Brasil, o que certamente influenciou o sucesso desta operação no governo do general Augusto Pinochet. Os dirigentes da IIF pediram também que o Fundo volte a se preocupar mais com a questão do atraso no pagamento de juros aos bancos privados. “O FMI só se preocupa com o atraso no seu dinheiro. Achamos que isto é discriminação”, suspirou Sullivan.